



2017

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2 0 1 7	2 0 1 6
Circulante		25.819	28.497
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7.1	3.510	3.562
Consumidores	7.2	15.876	14.107
Serviços em Curso	7.3	630	611
Tributos a Compensar	7.4	413	543
Depósitos Judiciais e Cauções	7.6	65	61
Ativos Financeiros Setoriais	7.5	2.504	2.495
Investimentos temporários	7.10	158	0
Créditos a Receber	7.7	907	5.154
Estoques	7.8	1.698	1.823
Despesas Antecipadas	7.9	58	141
Não Circulante		74.847	77.701
Investimentos temporários.....	7.10	39	288
Tributos a Compensar	7.4	71	113
Depósitos Judiciais e Cauções	7.6	453	370
Ativos Financeiros da Concessão	7.12	184	4.375
Outros Créditos.....		541	659
Despesas Antecipadas	7.9	0	136
		1.288	5.941
Intangíveis - em Serviço.....	7.12	73.192	70.378
Intangíveis – em Curso.....	7.12	367	1.382
		73.559	71.760
TOTAL DO ATIVO		100.666	106.198

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

NE	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2017	2016
Circulante	26.715	42.134
Fornecedores 7.13.1	5.355	6.048
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	3.365	8.811
Obrigações Sociais e Trabalhistas 7.13.3	1.092	1.122
Tributos 7.13.2	6.475	13.040
Dividendos Declarados -	23	34
Encargos Setoriais 7.13.4	8.071	10.580
Passivos Financeiros Setoriais..... 7.5	1.793	1.950
Outras Obrigações 7.13.5	541	549
Não Circulante	31.569	34.561
Fornecedores 7.13.1	325	1.479
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	13.466	23.117
Tributos 7.13.2	16.160	8.464
Provisões Passivas 7.13.7	1.618	1.501
Patrimônio Líquido	42.382	29.503
Capital Realizado Atualizado 7.14.1	8.392	8.300
Reservas de Capital 7.14.2	2.073	143
Ajuste de Avaliação Patrimonial 7.14.3	29.191	30.102
Lucro/Prejuízo Acumulado 7.14.4	2.726	(9.042)
TOTAL DO PASSIVO	100.666	106.198

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2017	2016
RECEITA OPERACIONAL	7.16	135.052	120.612
Fornecimento de energia elétrica	7.16.1	106.835	110.878
Subsídios tarifários	7.16.1	3.396	5.085
Receitas de compensação tarifária	7.16.1	563	(256)
Receita de constr. de infraestrutura concessão	7.16.1	3.110	3.244
Outras receitas	7.17	21.148	1.661
Deduções da Receita Operacional	7.18	50.453	52.085
Taxas regulamentares	7.18.1	12.554	12.866
Icms	7.18.2	27.364	28.236
Cofins/pasep/iss	7.18.2	10.535	10.983
Receita Operacional Líquida		84.599	68.527
CUSTOS OPERACIONAIS		63.165	64.332
Custo com energia elétrica	7.19	38.905	43.241
Energia elétrica comprada para revenda		30.632	35.994
Encargos de transmissão, conexão		3.849	2.524
Encargos e demais despesas setoriais		1.314	1.479
Custo de construção de infraestrutura concessão ..		3.110	3.244
Custos de operação	7.20	24.260	21.091
Pessoal		13.339	13.076
Material		734	938
Serviços de terceiros		2.480	2.335
Depreciação e amortização		1.979	2.136
Outras despesas		5.728	2.606
Lucro operacional bruto		21.434	4.195
Receita financeira	7.21	1.853	2.934
Despesa financeira	7.21	(7.177)	(9.608)
Resultando financeiro		(5.324)	(6.674)
Resultado operacional		16.110	(2.479)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES IMPOSTOS		16.110	(2.479)
Contribuição social	7.15	3.070	0
Imposto de renda	7.15	1.167	0
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO		11.873	(2.479)
Lucro/Prejuízo p/Ação do Capital Social (R\$)		7,79	(1,63)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.17 e 31.12.16

Legislação Societária
Valores em milhares de Reais

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.15 (R\$)	8.300	124	29.769	0	(6.563)	31.630
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-
Ajustes de reservas	-	19	333	-	-	352
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.479)	(2.479)
SALDOS EM 31.12.16 (R\$)	8.300	143	30.102	0	(9.042)	29.503
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-
Aumento Capital Social	92	(92)	-	-	-	000
Ajustes de reservas	-	2.022	(911)	2.726	(2.831)	1.006
Lucro do exercício	-	-	-	-	11.873	11.873
SALDOS EM 31.12.17 (R\$)	8.392	2.073	29.191	2.726	000	42.382

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 7	2 0 1 6
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		
Receitas de venda de energia elétrica	131.942	117.368
Receita de construção de infraestrutura	3.110	3.244
Provisão p/crédito liquidação duvidosa	(630)	(451)
	134.422	120.161
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	35.795	39.997
Custo de construção de infraestrutura	3.110	3.244
Materiais	734	938
Serviço de terceiros	2.480	2.335
Encargos setoriais	12.554	12.866
Outros encargos	4.944	2.032
	59.617	61.412
VALOR ADICIONADO BRUTO	74.805	58.749
Depreciação e amortização	1.979	2.136
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	72.826	56.613
Receitas financeiras	1.853	2.934
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	74.679	59.547
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	6.374	6.463
Encargos sociais (exceto Inss)	540	565
Benefícios	2.603	2.365
Provisões	1.691	1.584
Indenizações trabalhistas	675	248
Custos imobilizados	(679)	(388)
	11.204	10.837
Governos:		
Icms	27.364	28.236
Pis/Cofins	10.535	10.983
Inss	2.135	2.239
Imposto renda e contribuição social	4.237	0
Outros	96	65
	44.367	41.523
Financiadores:		
Despesas financeiras	7.177	9.608
Aluguéis	58	58
	7.235	9.666
Acionistas:		
Remuneração do capital próprio	0	0
Lucros retidos/prejuízos	11.873	(2.479)
	11.873	(2.479)
VALOR DISTRIBUIDO	74.679	59.547

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2017	2016
Atividades Operacionais:		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	11.873	(2.479)
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/Amortização	1.979	2.136
Baixas Ativo Intangível	2.327	172
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	747	526
	5.053	2.834
Geração bruta de caixa	16.926	355
Consumidores	1.769	(1.175)
Impostos a Compensar	(129)	(320)
Estoque	(125)	(230)
Despesas Antecipadas	(83)	(173)
Serviços em Curso	19	(294)
Ativos Financeiros Setoriais	9	(4.925)
Ativo não Circulante	(463)	129
Créditos a Receber e Outros	(4086)	794
		(6.194)
Fornecedores	(1.847)	(1.558)
Folha de Pagamento	(30)	120
Tributos	1.131	3.393
Encargos Setoriais	(2.509)	(102)
Passivos Financeiros Setoriais	(157)	1.932
Demais Passivos	98	(3.659)
	(3.314)	126
Geração operacional de caixa	16.701	6.675
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	(4.668)	(3.351)
Contribuição e doação do consumidor	3.013	804
Empréstimos e Financiamentos	(15.098)	(1.304)
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	0	0
	(16.753)	(3.851)
Geração líquida de caixa	(52)	2.824
Saldo das disponibilidades		
No início do período	3.562	738
No fim do período	3.510	3.562
Aumento (redução) nas disponibilidades	(52)	2.824

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, sendo atendidos sete municípios da área de concessão, com 37.056 consumidores, A sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho, na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias.

Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do Serviço Público de Energia Elétrica.

Atualmente a Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica.

2. Concessão:

Contrato de Concessão assinado com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica:

Data Assinatura	Contrato nº	Aditivo	Data	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	4º	09/12/15	Distribuição	07/07/2045

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente.

O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão.

3. Reajuste tarifário anual e revisão periódica

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é julho de 2022. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.



4. Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica- MCSE" e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.eletrocar.com.br a partir de 30 de abril de 2018.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, as Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho 4.356 de 22/12/17 da SFF/Aneel.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo "bifurcado" em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

5. Práticas Contábeis Específicas do Setor

5.1 – Plano de Contas - A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), o qual é instituído por Resolução da ANEEL.

5.2 – Ativos e passivos regulatórios – A CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A, ativos e passivos regulatórios, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente ou receitas não inclusas na tarifa. São apropriados ao resultado a medida que a receita ou despesa correspondente for faturada.

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

5.3 – Ativo imobilizado e depreciação – Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada.





Bens e instalações são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

6. Práticas Contábeis Gerais

6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

6.4 - Estoques - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados – referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais.

6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

6.7 - Fornecimento de energia elétrica não faturado - até 31/12/17 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

6.8 - Receita e Custo de Construção – O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a “zero”, considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.





6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.

6.11 - Ativo Financeiro – Indenizável (concessão) – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

6.12 - Ativos Intangíveis – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

6.13 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

6.14 - Despesas pagas antecipadamente - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

6.15 - Aplicações Financeiras - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

6.16 - Pis/Cofins – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o Pis e 7,60% para a Cofins.

6.17 – Ajuste de Avaliação Patrimonial - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC T 19.10, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda. É revertida para lucros acumulados pela realização da depreciação e baixas do ativo imobilizado.

6.18 - Empréstimos e financiamentos - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

6.19 - Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

6.20 - Encargos setoriais - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

6.21 - Dividendos - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

6.22 - Provisões - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento



passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6.23 - Demais direitos e obrigações - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos deduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

6.24 - Questões ambientais - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

6.25 - Transações entre partes relacionadas - As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mutuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

6.26 - Demonstrações do valor adicionado - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

6.27 - Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

7. Notas Explicativas

7.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2017	2016
Caixa e depósitos bancários a vista	450	1.873
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	2.848	1.556
Numerário em Trânsito	212	133
Total	3.510	3.562

7.1.1 - As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

7.1.2 - Numerário em transitio referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário.

7.2 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas +90 dias	2017	2016
Residencial	3.015	1.417	689	5.121	4.312
Industrial	1.219	428	158	1.805	1.883
Comercio e serviços	2.495	414	1.908	4.817	4.262
Rural	819	138	54	1.011	698
Poder público	114	29	1	144	73
Iluminação pública	237	77	0	314	77
Serviço público	249	0	0	249	196
Serviço taxado e outros	883	89	124	1.096	821
(-) Arrecadação proc. classific	(25)	0	0	(25)	(112)



Enc. capacidade emergencial	0	0	7	7	7
Renegociação/parcelamento	160	42	537	739	1.329
Não faturado	2.817	0	0	2.817	2.263
Participação financeira cons.	99	3	44	146	133
Subtotal	12.082	2.637	3.522	18.241	15.942
(-) Crédito líq. duvidosa	0	0	(2.365)	(2.365)	(1.835)
Total Consumidores	12.082	2.637	1.157	15.876	14.107

• Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

7.2.1 – Parcelamentos

Parcelamento de débitos de consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

7.2.2 - Receita não faturada

Correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida

7.2.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2017	2016
Residencial	695	599
Industrial	180	154
Comercial	1.275	856
Rural	36	24
Outros	179	202
Total	2.365	1.835

7.3 – Serviços em Curso

Referem-se aos custos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE em andamento, apurados através de Ordem de Serviço - ODS, sendo:

Composição	2017	2016
Pesquisa e desenvolvimento	92	92
Eficiência energética	517	517
Outros	21	2
Total	630	611

7.4 – Tributos a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Icms – compras do ativo imobilizado	85	207	71	113
Outras retenções/compensar	51	52	0	0
Imposto de Renda/Contr. Social	277	284	0	0
Total	413	543	71	113

• Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.



- Imposto de renda retido na fonte e contribuições, originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e Contribuição Social, e o excedente, não utilizado dentro do próprio exercício, será incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- O saldo de Imposto de renda e contribuição social, refere-se a valores pagos na modalidade estimativa a maior, a serem compensados com os impostos devidos.

7.5 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Composição	CVA Ativa		CVA Passiva	
	2017	2016	2017	2016
Custo de aquisição de energia	1.835	1.094	202	1.525
Proinfa	0	109	46	14
Transporte energia rede básica	313	56	0	83
Conta de desenvolvimento energético - CDE	134	755	1.111	328
Neutralidade da parcela A	222	481	5	0
Outros	0	0	429	0
Total	2.504	2.495	1.793	1.950

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Ativos regulatórios – em recuperação	701	1.771	0	0
Ativos regulatórios – em formação	1.803	724	0	0
Total do Ativo	2.504	2.495	0	0
Passivos				
Passivos regulatórios – em recuperação	1.397	1.935	0	0
Passivos regulatórios – em formação	396	15	0	0
Total do Passivo	1.793	1.950	0	0
Líquido	711	545	0	0

• Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros da Selic.

• A partir de 2014 com base no OCPC 08 o reconhecimento de determinados Ativos ou Passivos nos relatórios contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

- Em recuperação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica para o período de 2016/2017.

- Em formação: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 29 de junho de 2017 a 31 de dezembro 2017 os quais deverão integrar o próximo reajuste das tarifas em 2018.

7.6 – Depósitos Judiciais e Cauções

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Depósitos	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Ações cíveis	65	61	0	0
Ações trabalhistas	0	0	453	370
Total	65	61	453	370



7.7 – Créditos a Receber

Composição	2017	2016
Parcelamentos de contas de energia	149	137
Convênios de arrecadação	0	206
Rendas a receber	67	100
Subsídios tarifários	419	4.632
Adiantamento a fornecedores	124	135
Investimentos temporários	158	0
Serviços a receber	137	131
Outros	176	196
Soma	1.230	5.537
(-) Crédito liquidação duvidosa	(165)	(383)
Total	1.065	5.154

7.7.1 - Subsídios tarifários

Referem-se aos descontos na tarifa e custos de energia, valor a ser repassado pela Eletrobrás/CCEE a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

7.8 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2017	2016
Manutenção do sistema	145	150
Construção	1.290	1.486
Consumo interno	215	148
Outros	48	39
Total	1.698	1.823

7.9 – Despesas Antecipadas

Despesas	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Encargos de dívidas	0	16	0	136
Despesas revisão tarifária	0	92	0	0
Outras	58	33	0	0
Total	58	141	0	136

7.10 – Investimentos temporários

O valor aplicado refere-se a títulos de Capitalização, com depósitos mensais em 36 e 60 meses. O capital é atualizado pela taxa de remuneração básica, aplicada a Caderneta de Poupança.

Banco	Prazo resgate	Circulante		Não Circulante	
		2017	2016	2017	2016
Banrisul	05/18-01/19	158	0	0	100
Brasil	25/04/20	0	0	39	0
Santander	27/06/17	0	0	0	188
Total		158	0	39	288

7.11 – Créditos a Receber Longo Prazo

Composição do Estoque	2017	2016
Créditos a receber	944	918
Fornecedores - Contratuais	354	343
Convênios de arrecadação	206	0
Subtotal	1.504	1.261
(-) Crédito liquidação duvidosa	(970)	(652)
Total	534	608



7.12 – Ativo Intangível e Financeiro

7.12.1 - Pela formação/Natureza

Formação	Em milhares de Reais			
	Intangível	Ativo Financeiro	Avaliação	Total
Intangíveis	0	2.664	212	2.876
Terrenos	0	17	1.447	1.464
Reservatórios e barragens	0	0	0	0
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.467	0	2.225	3.692
Máquinas e equipamentos	44.889	3.334	26.711	74.934
Veículos	454	0	1.199	1.653
Móveis e utensílios	58	0	55	113
Em curso	367	0	0	367
(-) Obrigações especiais	(2.867)	(5.831)	(2.658)	(11.356)
Total	44.368	184	29.191	73.743

• A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

• Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

7.12.2 – Investimentos realizados

Tipo de unidade de cadastro	Código UC	2017		2016	
		Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Postes	255	904	1.142	920	929
Condutores	190	40.079	508	24.529	307
Regulador de tensão	340	14	198	8	106
Medidores	295	3.819	567	1.840	201
Transformador de distribuição	565	165	522	181	626
Transformadores de medida	575	6	6	0	0
Equipamento geral e informática	230/235	58	225	25	57
Veículos	615	0	0	2	254
Sistema de aterramento	395	790	8	422	3
Chave Seccionadora	160	40	16	33	15
Banco de capacitores	125	2	6	3	16
Religadores	345	0	0	1	8
Subtotal	-	-	3.198	-	2.522
Subestações/ Intangíveis	-	-	621	-	103
Total Investimentos	-	-	3.819	-	2.625

7.12.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	2017	2016
Contribuição do consumidor	9.351	8.135
Universalização serv. público energia elétrica	216	132
Subvenções para investimentos	1.564	951
Outras	2.899	729
(-) Depreciação	(2.674)	(1.604)
Total	11.356	8.343

• Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE.



- A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.

7.12.4 - Avaliação Patrimonial

Avaliação Patrimonial	2017			2016		
	VNR	DEPRECIÇÃO	VMU	VNR	DEPRECIÇÃO	VMU
Intangíveis	162	(50)	212	158	(217)	375
Terrenos	1.446	0	1.446	2.580	0	2.580
Reservatórios	0	0	0	5.978	5.790	188
Edificações	3.989	1.764	2.225	5.106	2.713	2.393
Maquinas e equipamentos	45.235	18.524	26.714	44.291	20.998	23.293
Veículos	2.719	1.519	1.200	2.851	1.625	1.226
Móveis e utensílios	65	10	55	60	13	47
Totais	53.616	21.767	31.849	61.024	30.922	30.102

- A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

7.12.5 – Cálculo da Depreciação

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

As taxas estabelecidas pela Aneel são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

7.12.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

7.13 – Passivo Circulante e Não Circulante

7.13.1 - Fornecedores

Fornecedores	2017			2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	4.136	0	4.136	4.261	0	4.261
Encargos de uso da rede	508	325	833	234	325	559
Materiais, serviços e outros	711	0	711	1.553	1.154	2.719
Total	5.355	325	5.680	6.048	1.479	7.539



7.13.2 Tributos

Tributos	2017			2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Icms - faturamento	867	0	867	5.384	0	5.384
Icms - parcelamento	4.298	15.667	19.965	6.591	7.838	14.429
Inss	238	0	238	249	0	249
Imposto de renda e contribuição social	141	0	141	29	0	29
Fgts	71	0	71	74	0	74
Cofins/Pis/pasep	650	0	650	507	0	507
Pis/pasep – parcelamento	54	223	277	50	255	305
Cofins – parcelamento	135	270	405	124	371	495
Outros	21	0	21	32	0	32
Total	6.475	16.160	22.635	13.040	8.464	21.504

- Icms Parcelamento - referem-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica:

- Em abril de 2017, a Companhia aderiu ao novo programa de parcelamento do ICMS – “REFAZ 2017”, instituído pelo Decreto 53417/17 do governo estadual, referente a débitos já parcelados e débitos em atraso. O Programa previa parcelamentos em até 60 ou 120 meses, dependendo da idade do débito, deduzindo-se as parcelas pagas em parcelamentos anteriores.

- Pis/Cofins parcelados- Débitos de compensações de créditos não aceitos pela Receita Federal, parcelados em 120 meses, com juros de 1% e correção pela Selic.
- Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.13.2.1 – Tributos Parcelados:

Tributo	Taxas	Prazo	Datas		31.12.17			31.12.16		
			%	meses	Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ
Icms	1%am	120m	31/08/13	31/01/22	3.337	10.786	14.123	580	4.543	5.123
Icms	1%am	120m	31/08/15	30/06/23	727	3.318	4.045	255	1.951	2.206
Icms	1%am	060m	31/10/16	31/08/25	234	1.563	1.797	5.756	1.344	5.100
Pis	1%am+Selic	120m	25/08/14	31/08/25	25	164	189	23	175	198
Pis	1%am+Selic	060m	22/01/16	31/01/20	28	59	87	27	80	107
Cofins	1%am+Selic	060m	22/01/16	31/01/20	130	275	405	123	371	494
Soma					4.481	16.165	20.646	6.764	8.464	15.228

7.13.3 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

Obrigações Trabalhistas	2017	2016
Provisão de férias	539	561
Provisão de gratificação 1/3 de férias	180	187
Provisão de encargos sociais	275	286
Tributos retidos na fonte	88	83
Outros	10	5
Total	1.092	1.122

- Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e dos encargos sociais.
- Tributos retidos na fonte – Imposto de renda retido na fonte (Irf) e encargos sociais retidos sobre a folha de pagamento mensal, recolhidos no mês seguinte.

7.13.4 - Encargos Setoriais

Encargos Setoriais	2017	2016
Taxa de fiscalização – ANEEL	10	11
Conta de desenvolvimento energético – CDE	685	5.160
Encargo de capacidade emergencial – ECE	44	44
Programa eficiência energética – PEE	4.961	4.248
Programa pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.292	1.039
Adicional bandeira vermelha	1.079	78
Total	8.071	10.580



• CDE – Os valores deste encargo foram depositados judicialmente até maio de 2017, conforme Liminar obtida contra a Eletrobrás permitindo a compensação entre os créditos a receber de Subsídios e os débitos a pagar da conta CDE. A partir de junho de 2017 a administração destes recursos passou a ser de responsabilidade da CCEE e os pagamentos/recebimentos estão ocorrendo dentro dos prazos previstos na legislação.

• PEE e P&D - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n.º. 300/2008 e 316/2008.

• Bandeiras Tarifárias - visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Saldo dos programas Pee e P&d	2017			2016		
	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido
Pee	4.919	(517)	4.402	4.208	(517)	3.691
P&d	1.257	(92)	1.165	1.014	(92)	922
Fndtc	23	0	23	17	0	17
Mme	11	0	11	9	0	9
Procel	42	0	42	40	0	40
Total	6.252	(609)	5.643	5.288	(609)	4.679

7.13.5 Outras Obrigações

Outras obrigações	2017	2016
Seguradoras	6	15
Indenizações trabalhistas	98	49
Convênios arrecadação por conta terceiros	376	365
Multas regulatórias – TAC	0	43
Efeito financeiro Res 243/06	0	0
Indenizações Violações/Danos Elétricos	15	41
Outras	46	36
Total	541	549

• Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

• Multas regulatórias - refere-se a multas regulatórias aplicadas pela Aneel pelo descumprimento de obrigações e metas estabelecidas no contrato de concessão.

7.13.6 - Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais incorridos.

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas	Prazo	Datas		31.12.17			31.12.16			
			%	meses	Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ
Eletrobrás (1)	5%aa+RGR	120m	10/01/07	30/12/19	2	0	2	2	2	2	4
Eletrobrás (2)	5%aa+RGR	120m	09/03/12	11/05/25	1.045	5.996	7.041	934	6.930	7.864	
Badesul	6%aa+TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	874	3.759	4.633	870	4.560	5.430	
Cef	3,96%aa+CDI	120m	22/11/11	22/02/21	0	0	0	537	1.667	2.204	
Cef	202% do CDI	60 m	24/02/16	25/02/21	0	0	0	476	4.654	5.130	
Santander	5,91%aa+CDI	36 m	07/08/14	07/08/18	0	0	0	1.546	1.031	2.577	
Santander	7,70%aa+CDI	60 m	17/11/15	17/11/20	1.277	3.509	4.786	1.310	3.821	5.131	



Banrisul	5,35%aa	36 m	11/12/13	20/12/17	0	0	0	766	11	777
Banrisul-Finam	6,00%aa	36 m	04/02/15	10/04/20	39	58	97	41	94	135
Banrisul-Finam	6,00%aa	60 m	04/02/15	10/04/20	26	41	67	27	62	89
Banrisul	15,94%aa+CDI	24 m	01/12/15	15/12/17	0	0	0	1.518	0	1.518
Banrisul	6,00%aa	12 m	12/12/16	12/12/17	0	0	0	457	0	457
Banrisul	6,00%aa	48 m	03/05/16	10/07/20	68	103	171	75	136	211
Bco. Itaú	26,08%aa	36 m	28/10/15	30/10/18	0	0	0	194	149	343
Consumidores	6,00%aa+lgpm	06 m	28/10/16	28/01/18	34	0	34	58	0	58
Total					3.365	13.466	16.831	8.811	23.117	31.928

• Os empréstimos junto a Eletrobrás⁽¹⁾ foram obtidos para investimentos em Projetos de Eletrificação Rural – Luz para Todos, cfe. Decreto Nº 4.873 de 11.11.2003.

• Os empréstimos junto a Eletrobrás⁽²⁾ e Badesul foram obtidos para investimentos em uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I.

• Os empréstimos junto ao Banrisul/Finame foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos/equipamentos informática.

• Os empréstimos junto ao Santander foram obtidos para financiamento de capital de giro a curto prazo.

• Os empréstimos junto a consumidores, por antecipação de aporte de recursos por parte de consumidores, para viabilização de empreendimento e atendimento de pedido para fornecimento de energia elétrica.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrocar possuem covenants e garantias financeiras de recebíveis, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Vencimento das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Eletrobrás	935	934	934	934	935	935	389	5.996
Badesul	851	851	851	851	355	0	0	3.759
Santander	957	957	957	638	0	0	0	3.509
Banrisul	133	69	0	0	0	0	0	202
Total	2.876	2.811	2.742	2.423	1.290	935	389	13.466

7.13.7 – Provisões Passivas e Depósitos Judiciais:

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas e experiências em ações anteriores, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Contingências	2017		2016	
	Provisão	Dep. Judicial	Provisão	Dep. Judicial
Trabalhistas	548	453	470	371
Cíveis	1.070	65	1.031	61
Total	1.618	518	1.501	432

• Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

• Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidentes e outras, causadas por falhas no fornecimento ou nas redes de energia elétrica.

• Contingências Regulatórias (não provisionadas) - A Companhia foi autuada pela Aneel em processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas e aguarda julgamento, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível em R\$650 mil.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental, e considera que a exposição aos riscos não representam impactos relevantes no resultado de suas operações.



7.14 – Patrimônio Líquido

7.14.1 – Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31/12/17 é de R\$8.391.875,00, representado por 1.524.935 ações nominativas e sem valor nominal, sendo: 1.504.023 ações ordinárias; 20.865 ações preferenciais classe A e 57 ações preferenciais classe B, conforme composição por classe e acionistas abaixo:

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social	
		2017	2016	R\$	%
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.442.100	1.442.100	7.455.508,89	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	81.445,05	1,0099
Prefeitura M. de Chapada	ON	34.041	34.041	179.685,78	2,2323
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	65.576,18	0,8122
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	473,15	0,0056
Diversos	PN	20.922	20.922	609.185,95	1,3720
Total		1.524.935	1.524.935	8.391.875,00	100,000

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/17 é de R\$27,80 e R\$19,35 em 31/12/16

7.14.1.1 – Dividendos

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Por força do contrato de concessão a distribuição de dividendos acima dos 25% fica vinculada ao cumprimento dos parâmetros mínimos estabelecidos.

A Lei Municipal nº 7985/15 autoriza o acionista majoritário, Município de Carazinho a reinvestir os dividendos mínimos obrigatórios, conforme preceitua o art. 202, §2º da Lei das S/A.

7.14.2 – Reserva de Capital

Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

Em 2017 foi constituída com recursos destinados a investimentos, oriundos do registro e legalização de área de terras, em contrapartida ao imobilizado, e que será utilizada para futuro aumento de capital do acionista majoritário.

7.14.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração Extraordinária-BRR de 31/05/2015 ajustado para 2016.

Avaliação	2017	2016
Valor novo de reposição	53.616	61.024
Depreciação	(21.767)	(30.922)
Obrigações especiais	(3.386)	0
Obrigações especiais – Depreciação	728	0
Total	29.191	30.102

7.14.4 – Reserva de Lucros

Reservas	2017	2016
Reserva legal	594	0
Reserva Especial – Dividendos não distribuídos	533	0
Outros	1.599	0
Total	2.726	0

- Reserva Especial – Dividendos não distribuídos, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório, a qual foi constituída com base no Art. 202, §4º da Lei das S/A, devido a situação financeira incompatível com a distribuição.

- Outros, refere-se ao saldo do lucro líquido do exercício a disposição da Assembleia Geral, a qual disporá para aumento do capital social.



7.14.5 – Prejuízos Acumulados

Composição	Ano	Saldo
2012	(3.734)	(3.734)
2013	(2.728)	(4.097)
2014	2.929	(3.533)
2015	(3.030)	(6.563)
2016	(2.479)	(9.042)
2017	11.873	0

7.15 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2017	2016
Lucro/Prejuízo do Exercício	16.110	(2.479)
+ Provisões	26.418	23.519
+ Outras Adições	1.660	72
- Reversão de provisões	(25.671)	(22.994)
- Base Negativa	(5.555)	0
Base de cálculo IR	12.962	(1.882)
Imposto de Renda	3.216	0
(-) Compensações	(146)	0
Contribuição Social	1.167	0
Total Tributos a recolher	4.237	0

7.16 – Receita Operacional

7.16.1 - Receita faturada de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento Faturado:						
Residencial	28.898	28.237	58.975	58.230	44.305	45.144
Industrial	169	205	40.302	40.627	16.133	20.761
Comercial	3.762	3.684	41.006	40.021	29.302	29.303
Rural	3.950	3.929	20.742	19.640	8.434	7.929
Poder público	372	375	3.647	3.748	2.538	2.701
Iluminação pública	9	9	9.213	9.166	3.479	3.475
Serviço público	24	23	5.019	4.877	2.599	2.530
Consumo próprio	5	9	216	229	0	0
Receita Faturada E. Elétrica	37.189	36.471	179.120	176.538	106.790	111.843
Demais receitas:						
Não faturado	-	-	-	-	555	(356)
Excedente reativos/ultrapassagem	-	-	-	-	(510)	(609)
Receita de construção	-	-	-	-	3.110	3.244
Subsídios tarifários	-	-	-	-	3.396	5.085
Receita de compensação tarifária	-	-	-	-	563	(256)
Outras receitas	-	-	-	-	21.148	1.661
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	135.052	120.612

7.16.2 - Receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

7.16.3 - Receita não faturada, correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.



7.16.4 - Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda, conforme Res 463 de 22/11/11, sub-módulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

7.16.5 - Receita de Construção - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

7.16.6 - Subsídios tarifários - Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.

7.16.7 – Receita de compensação tarifária - Os Ativos e Passivos Financeiros, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destinam-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

7.17 – Outras Receitas

Receitas	2017	2016
Renda da prestação de serviços	404	370
Serviço taxado	333	301
Aluguéis	753	611
Arrecadação de convênios	236	248
Lucro na alienação/desativação	19.388	38
Outras	34	93
Total	21.148	1.661

7.17.1 – Lucro na alienação – Refere-se a receita/ganho na alienação dos bens das PCH Mata Cobra e Colorado, as quais foram vendidas em leilão tendo o seguinte resultado:

Usina	Capacidade Instada	Valor Mínimo	Valor Venda	Valor Histórico Líquido	Lucro
Pch Mata Cobra	2.880	12.092	15.150	320	14.830
Pch Colorado	1.120	3.746	5.250	716	4.534

7.18 – Deduções a Receita Operacional

7.18.1 - Encargos Setoriais

Encargos do consumidor	2017	2016
Taxa de fiscalização	127	134
Conta de desenvolvimento energético – CDE	8.437	10.263
Bandeiras Tarifárias	3.382	1.829
Programa de eficiência energética	304	320
Programa de pesquisa e desenvolvimento	304	320
Total	12.554	12.866

7.18.1.1 - Bandeiras Tarifárias

Conforme o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel, a Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica, que lançou o Sistema de Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para as Concessionárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia. O sistema de Bandeiras Tarifárias possui três faixas i) Bandeira Verde, o que significa condições favoráveis de geração de energia e o consumidor não possui cobrança adicional pela utilização da energia; (ii) Bandeira Amarela a qual representa condições menos favoráveis e um adicional na cobrança na utilização de energia e a (iii) Bandeira Vermelha que sinaliza condições desfavoráveis e custosas para a geração, com um acréscimo maior no faturamento.



7.18.1.2 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - PEE e P&D

PEE e P&D - A Companhia reconhece passivos relacionados a valores faturados em tarifas, referentes a 1% da Receita Operacional Líquida, conforme as Resoluções Aneel n°. 300/2008 e 316/2008.

7.18.2 - Impostos

Impostos	2017	2016
Icms	27.364	28.236
Cofins	8.620	8.996
Pis/pasep	1.872	1.951
Iss	43	36
Total	37.899	39.219
Total das deduções	50.453	52.085

7.19 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos com Energia	Em Mwh		Em R\$	
	2017	2016	2017	2016
Energia comprada	161.311	172.375	33.815	36.534
Demanda	-	-	0	0
Encargos de uso da rede	-	-	4.221	2.780
Microgeração	-	-	66	6
Proinfa	-	-	1.314	1.480
Passivo financeiro	-	-	0	3.272
Custo de construção	-	-	3.110	3.244
(-) Créditos pis/cofins	-	-	(3.621)	(4.075)
Custo total	161.311	172.375	38.905	43.241

7.20 – Custos operacionais

7.20.1 - Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2017	2016
Pessoal – empregados	12.414	12.252
Administradores	925	824
Material	734	938
Serviço de terceiros	2.480	2.335
Custo com energia comprada	35.795	39.997
Custo de construção infraestrutura	3.110	3.244
Aluguéis	58	58
Seguros	46	61
Depreciação/amortização	1.979	2.136
Impostos e taxas	96	66
(-) Recuperação de despesas	(161)	(328)
Outras despesas	2.456	1.980
Provisões/reversões	747	526
Baixa bens ativo	2.327	172
Outras	159	71
Total	63.165	64.332



7.21 – Resultado Financeiro

7.21.1 – Receitas e Despesas Financeiras

Receitas	2017	2016
Rendimentos de aplicações financeiras	329	386
Acréscimos moratórios contas energia	1.237	1.876
Juros de títulos a receber	0	9
Atualizações	290	667
Outras	(3)	(4)
Total	1.853	2.934
Despesas		
Encargos de dívidas	2.680	3.131
Juros bancários/iof	2.324	5.191
Juros e multas	23	49
Multas	1.874	756
Outras	276	481
Total	7.177	9.608
Resultado	5.324	(6.674)

7.22 – Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	R\$	Início	Término
Instalações e Equipamentos	23.980.000,00	16/08/17	16/08/18
Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões		-	-
- Danos Elétricos	2.377.000,00	-	-
- Vendaval/Fumaça	2.925.000,00	-	-
Automóveis	Valor mercado	2017	2018

7.23 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

7.24 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/17 e 31/12/2016 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício.

7.25 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir de julho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

7.26 – Transações com Partes Relacionadas

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica.

7.27 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.



7.28 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

7.29 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

7.30 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2017:

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$135.052 sendo 11,97% superior a 2016 que foi de R\$120.612, impactadas com R\$19.388 lucro nas desativações referente a venda das usinas. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$106.790 contra R\$111.843 em 2016, sendo 4,52% inferior a 2016.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$27.364 em 2017 e de R\$28.236 em 2016, sendo 3,09% inferior a 2016.

Demais impostos: Pis, Cofins e Iss somaram o valor de R\$10.535 em 2017 e R\$10.983 em 2016, tendo uma redução 4,08%.

Encargos Setoriais: Os encargos setoriais foram de R\$12.554 em 2017 e R\$12.866 em 2016 tendo uma diminuição de 2,43%.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2017 foram de R\$13.339 e em 2016 foi de R\$13.076 tendo uma variação de 2,01%.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$35.795 em 2017 e R\$39.997 em 2016, tendo uma diminuição de 10,51%.

A compra de energia para revenda foi de R\$33.881 em 2017 e de R\$36.535 em 2016, tendo uma variação negativa de 7,28%.

O Proinfra teve uma redução de 11,16% sendo de R\$1.314 em 2017 e R\$1.479 em 2016.

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$4.221 em 2017 e R\$2.780 em 2016, tendo uma variação de 51,84%.

Demais Despesas Operacionais: As demais despesas operacionais, exceto depreciações, foram de R\$5.728 em 2017 e R\$2.606 em 2016, tendo um aumento de 119,80%, impactadas com aumento de R\$2.155 no prejuízo com desativações, em função da venda das usinas.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$1.853 em 2017 e R\$2.934 em 2016 tendo uma variação negativa de 36,85%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$7.177 em 2017 e R\$9.608 em 2016, tendo uma variação negativa de 25,31%.

Lucro Ajustado para Dividendo: Em 2017 foi de R\$2.132.

Lucro Operacional da Atividade: O lucro operacional da atividade foi de R\$21.434 em 2017 e de R\$4.195 em 2016, tendo um aumento de 410,94%.

EBITDA: Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2017 foi de R\$23.413 e em 2016 de R\$6.331.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi negativo em R\$896 em 2017 e R\$13.637 em 2016.

Lucro ou Prejuízo do Exercício: O lucro líquido do exercício foi de R\$11.873 em 2017 enquanto que em 2016 houve um prejuízo de R\$2.479.

Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

2017

2016



+ Lucro líquido	11.873	(2.479)
+ I. Renda e C.Social	4.237	0
+ Resultado Financeiro	5.324	6.674
+ Depreciação/Amortização	1.979	2.136
= Geração de Caixa (Ebitda)	23.143	6.331

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

Coeficiente	Formula		2017	2016
Liquidez Imediata	Disponível Passivo Circulante	%	0,13	0,08
Liquidez Corrente	Ativo Circulante Passivo Circulante	%	0,97	0,68
Liquidez Geral	A.Circ.+Realiz L/P P.Circ.+ Exig. L/P	%	0,47	0,45
Endividamento total	Exigibilidades Total Ativo Total	%	0,58	0,72
Retorno do Capital	Lucro Líquido Patrimônio Líquido	%	0,28	(0,08)
Razão Operacional	Despesa Operacional Receita Líquida	%	0,75	0,94
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente Ativo Total	%	0,73	0,70
Despesa Pessoal x Receita Líquida	Despesa Pessoal Receita Líquida	%	0,15	0,19
Energia Comprada x Receita Líquida	Compra Energia Receita Líquida	%	0,46	0,58
Ebitda	Lucro Exercício + Depreciação	R\$	23.413	6.331

7.31 – Plano de Recuperação

Venda de Ativos: Está em negociação adiantada a venda das redes de distribuição dos demais municípios que compõe a área de concessão, concentrando as atividades de distribuição apenas em Carazinho e Santo Antônio do Planalto. O valor estimado é R\$ 21.658.000,00 conforme Valuation realizado pela empresa Investor Consulting Partners Consultoria Ltda.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins - Processo 5000174-80.2012.4.04.7104: Temos a expectativa de que ocorra, durante o ano de 2018, a liberação por parte da Receita Federal, para restituição do crédito em dinheiro, ou a compensação administrativa à ELETROCAR. O valor estimado deste crédito é de R\$ 24.000.000,00.

Aporte de Capital: Conforme previsto na Cláusula 7ª, Subcláusula 1ª, III e Cláusula 13ª, Subcláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-ANEEL, havendo necessidade, o Sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de Integralização de Capital Social em Caixa e Equivalentes de Caixa, na totalidade da Insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária.

A administração considera que o resultado dessas ações regularizará a situação financeira da empresa, de forma a manter os indicadores dentro dos parâmetros requeridos na legislação.

Carazinho/RS



Os diretores da Companhia declararam que assinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

RAFAEL SANT'ANNA DE MORAES
Presidente
CPF 650.072.120-91

MARCIO SENGER ROSEMBERG
Diretor Adm/Financeiro
CPF 011.008.330-05

FELIPE MARTIMIANO SALVIA
Diretor Comercial
CPF 251.781.300-06

CHARLES ANTONIO SETTI
Diretor Técnico
CPF 426.280.400-34

RUI LUIZ TOSO
Contador CRC/RS 40.629
CPF: 273.968.430-49



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR
Carazinho - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ELETROCAR** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **ELETROCAR**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da **ELETROCAR**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **ELETROCAR**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **ELETROCAR** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.





Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELETROCAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELETROCAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELETROCAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELETROCAR.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da ELETROCAR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data



de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELETROCAR a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3 – “T” - SP
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS – 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL



www.eletrocar.com.br
Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945
Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS





Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 16 de abril de 2018

LÍDIO CAGLIARI JUNIOR
Membro
CPF 736.812.880-20

JEAN MARCEL DOS SANTOS
Membro
CPF 025.075.700-16

JOÃO ALBERI MARTINS MAFALDA
Membro
CPF 347.314.150-04

PAULO AIRTON XAVIER PEREIRA
Membro
CPF 783.030.280-49

TIAGO DIAS DE MEIRA
Membro
CPF 932.414.100-72

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – Eletrocar, no uso das atribuições legais e estatutárias e tendo como base os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 16 de abril de 2018.

FRANCISCA DOERING
Presidente
CPF 973.713.780-91

JOSÉLIO GUERRA
Vice-Presidente
CPF 586.332.600-00

FLADIMIR SARAIVA DO NASCIMENTO
Membro
CPF 714.230.280-15

JOSÉ CARLOS CENCI
Membro
CPF 326.630.800-04

MARIA MARTINS DA SILVA MEYER
Membro
CPF 756.821.760-49